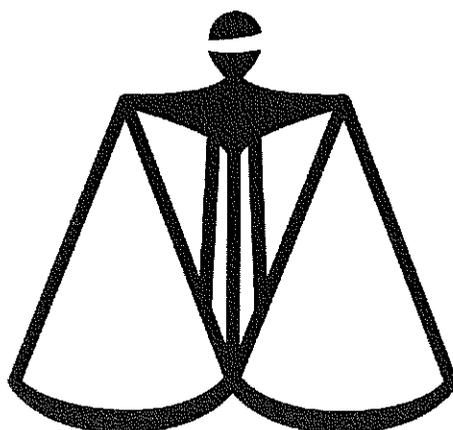


RELATÓRIO DE GESTÃO

2015



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

per
Dr. J. J. Quint



Índice

1	SITUAÇÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL	2
1.1	ANÁLISE ORÇAMENTAL	2
1.1.1	RECEBIMENTOS	3
1.1.2	PAGAMENTOS	5
1.1.3	SALDO ORÇAMENTAL	8
1.2	ANÁLISE PATRIMONIAL	9
1.2.1	DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	9
1.2.2	BALANÇO	10
1.2.3	INDICADORES ECONÓMICOS E FINANCEIROS	11
2.	FACIOS RELEVANTES APÓS TERMO DO PERÍODO	12
3	EVOLUÇÃO PREVISÍVEL	12
4	AGRADECIMENTOS	12

1. Situação Financeira e Patrimonial

A presente exposição incide sobre o reporte das atividades desenvolvidas durante o exercício de 2015. Uma vez que, neste ano económico, verificou-se a existência de duas gerências, o presente relatório, a par da preparação de outras peças financeiras, apresenta como comparativos não só o exercício completo de 2014, mas também os períodos de reporte intercalar, ou seja, de 01 de janeiro a 02 de dezembro e de 03 de dezembro a 31 de dezembro de 2015

A Faculdade de Direito, no cumprimento da Lei do Orçamento de Estado de 2015 fez prova da execução do princípio da unidade de tesouraria através do registo mensal, nos serviços *online* da Direção Geral do Orçamento, do saldo no final de cada mês dos depósitos e aplicações financeiras junto da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública e das Instituições Bancárias, e respetivas receitas próprias arrecadadas, bem como das disponibilidades e aplicações mantidas na banca comercial e respetivos rendimentos auferidos.

1.1 ANÁLISE ORÇAMENTAL

A contabilidade pública, ramo contabilístico no qual se insere a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, encontra-se dividida em conjuntos denominados de Fontes de Financiamento que classificam o orçamento com base nas diversas origens dos fundos orçamentais. As fontes de financiamento encontram-se divididas nos seguintes grupos:

Orçamento de Estado

Fonte de Financiamento 311 – Estado – Receitas Gerais não afetas a projetos cofinanciados

Fonte de Financiamento 313 – Saldos de Receitas Gerais não afetas a projetos cofinanciados

Fonte de Financiamento 319 – Transferências de Receitas Gerais entre organismos

Orçamento Comunitário

Fonte de Financiamento 480 - Outros

Receitas provenientes da atividade da Faculdade

Fonte de Financiamento 510 – Receitas Próprias do ano

Fonte de Financiamento 520 – Saldos de Receitas Próprias Transitados

Fonte de Financiamento 540 – Transferências de Receitas Próprias entre organismos



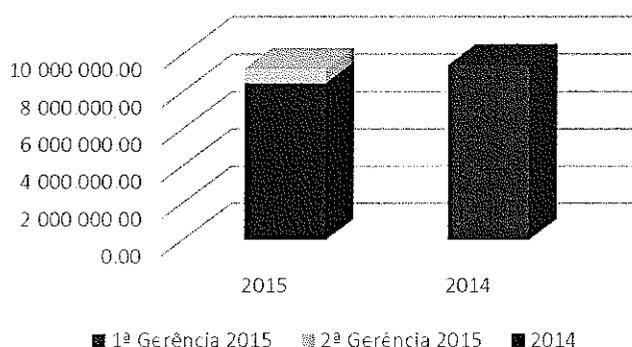
1.1.1 RECEBIMENTOS

A Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa arrecadou em 2015 € 9.192 217,88, distribuídos por duas gerências, conforme *Tabela 1 / Gráfico 1*.

Desta análise excluiu-se os saldos transitados do ano anterior.

Tabela 1 / Gráfico 1 | Recebimentos

	1ª Gerência 2015	2ª Gerência 2015	2015	%	2014	%
Propinas	3.891.036,98	394.743,91	4.285.780,89	47	4.223.391,10	45
Outras Receitas Próprias	820.236,97	93.289,43	913.526,40	10	1.127.855,68	12
Orçamento do Estado	3.673.154,00	150.457,00	3.823.611,00	42	3.840.278,00	41
Investigação	22.479,17	18.096,50	40.575,67	2	31.166,67	2
Cooperação Internacional	38.947,80	91.195,84	130.143,64		176.301,25	
Total €	8.445.854,92	747.782,68	9.193.637,60	100	9.398.992,70	100



O decréscimo de cerca de 200 mil euros nos recebimentos de 2014 para 2015, pode-se explicar em grande parte pela diminuição da verba recebida pelo Orçamento de Estado.

Embora em termos numéricos a rubrica do OE só apresente uma diminuição de 16 mil euros, é importante realçar que a rubrica do Orçamento de Estado de 2015 passou a incluir a verba atribuída à Faculdade ao abrigo do protocolo de cooperação entre a CGD e a FDULisboa, no valor de 207 mil euros, que em 2014 apareceu registada de forma independente na rubrica de outras receitas próprias (cf decréscimo na ordem do mesmo montante *nas outras receitas próprias*). Esta nova forma de transferência da verba da CGD para as Faculdades, decorre de decisão Reitoral

Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page.



Numa análise aos recebimentos por ciclo, que fazem parte integrante das receitas próprias, temos:

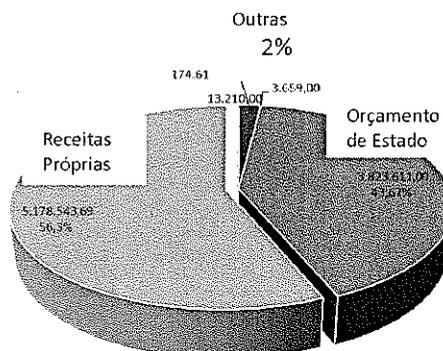
Tabela 2 | Recebimentos de Propinas por ciclo em 2015

	1ª Gerência 2015	2ª Gerência 2015	2015
Propinas 1º Ciclo	2.632.834,27	290.058,29	2.922.892,56
Propinas 2º Ciclo	1.028.671,81	80.523,12	1.109.194,93
Propinas 3º Ciclo	212.575,90	23.837,50	236.413,40
Propinas Outros	16.955,00	325,00	17.280,00
Total de Propinas	3.891.036,98	394.743,91	4.285.780,89

FF 319
FF 480 - FF 311 - FF 540

De realçar, e no seguimento da tabela anterior, quando analisada a origem dos recebimentos por Fonte de Financiamento, verificamos que 56,3% da receita gerada na Faculdade, é receita própria:

Gráfico 2 | Recebimentos por Fonte de Financiamento



■ FF 319 ■ FF 480 ■ FF 311 ■ FF 540

Fonte: Mapa Fluxos de Caixa



1.1.2 PAGAMENTOS

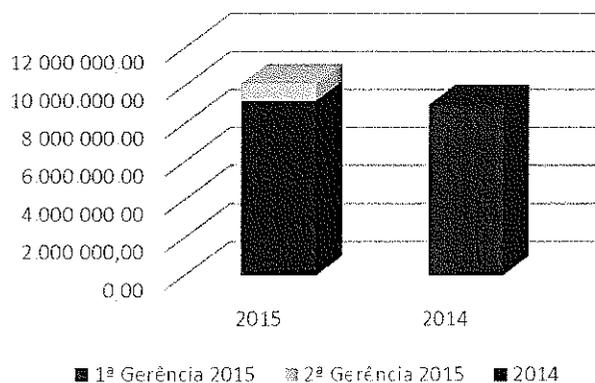
A Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa efetuou pagamentos em 2015 na ordem dos 10 milhões de euros, o que representa uma subida de 12,43% quando comparado com o pago em 2014.

Tabela 3 / Gráfico 3 | Pagamentos

	1ª Gerência 2015	2ª Gerência 2015	2015	2014
Despesa com pessoal	6.662.350,53	702.127,49	7.364.478,02	7.115.961,52
Despesa de funcionamento	1.416.759,30	151.756,42	1.568.515,72	1.693.805,25
Despesa de capital	1.118.295,18	39.291,20	1.157.586,38	163.716,91
Total	9.197.405,01	893.175,11	10.090.580,12	8.973.483,68

em euros

Fonte: 2015 - 2014 - 2016



Despesa com pessoal

A despesa com pessoal continua a ser a que mais peso assume, com 73% do total dos pagamentos efetuados no ano. Destes 73%, 52% foram pagos com o Orçamento de Estado, e 48% pagos por outras Fontes de Financiamento.

Desta despesa, 82% referem-se a remunerações certas e permanentes e /ou abonos variáveis ou eventuais, sendo que 18% da despesa paga se refere a encargos obrigatórios efetuados pela Faculdade às entidades contributivas.

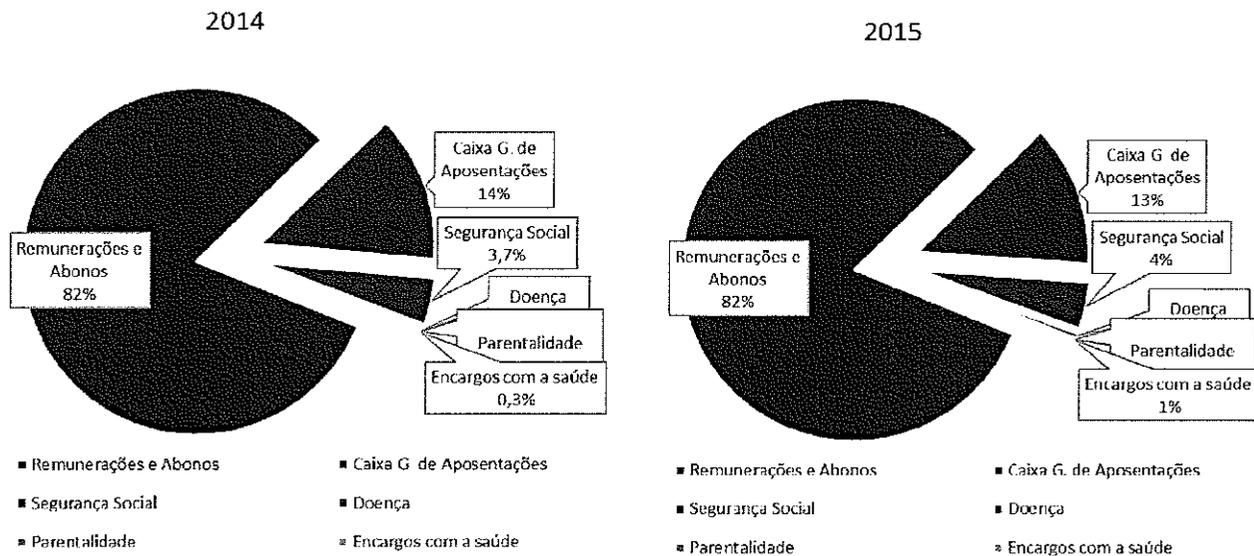
per
Dr. [Signature]



Tabela 4 / Gráfico 4 | Remunerações e Encargos

	2015		2014	
	€	%	€	%
Remunerações e Abonos	6.008.974,52	82	5.805.658,29	82
Encargos :				
Caixa G. de Aposentações	986.656,33		977.790,75	
Segurança Social	327.417,42		312.487,94	
Doença	35.880,00	18	15.150,36	18
Parentalidade	5.413,79		1.242,83	
Encargos com a saúde	135,96		3.631,35	
Total Encargos	1.355.503,50		1.310.303,23	
Total Geral	7.364.478,02		7.115.961,52	

em 2015
€ 7.364.478,02



Da análise aos pagamentos com pessoal importa referir a volatilidade da massa salarial da Faculdade de Direito nomeadamente ao que se refere:

- Aos custos de pessoal decorrente do n.º 19 do art.º 39 da LEO2014 que não prejudica os reposicionamentos remuneratórios decorrentes da transição dos assistentes e assistentes convidados para a categoria de professores auxiliares;
- À mobilidade interna dentro da Universidade de Lisboa como forma de colmatar necessidades internas de falta de pessoal não docente;
- Às mudanças no regime de exclusividade dos professores.
- À reversão da 20% da redução remuneratória introduzida com a Lei n.º 75/2014 de 12 de setembro



⌘ Despesa de funcionamento

As despesas de funcionamento tiveram um decréscimo, quando comparadas com 2014 de 7%.

Tabela 5 | Despesas de funcionamento

	1ª Gerência 2015	2ª Gerência 2015	2015	%	2014	%
Aquisição de Bens e Serviços	1.159.408,26	128.119,11	1.287.527,37	82	1.520.012,40	90
Transferências correntes	173.507,63	18.015,55	191.523,18	12	93.252,76	6
Outras despesas correntes	83.843,41	5.621,76	89.465,17	6	80.540,09	5
Total	1.416.759,30	151.756,42	1.568.515,72	100	1.693.805,25	100

REL. DP/FA
FACULDADE DE DIREITO, 2016

Este facto explica-se maioritariamente pela diminuição na rúbrica de *aquisição de bens e serviços*.

A não renovação dos contratos existentes à medida que vão atingindo o seu término e a abertura de novos procedimentos e reanálise dos cadernos de encargos tem-se traduzido numa significativa poupança na aquisição de bens e serviços

A Faculdade continua, sempre que comprovado o benefício, a aderir, no âmbito dos Contratos Públicos, aos concursos públicos lançados pela Universidade de Lisboa, com benefícios económicos.

Exemplos de poupança, o contrato do serviço de manutenção preventiva e corretiva do sistema AVAC; Contrato de vigilância e segurança (onde se verificou uma poupança de 44 mil euros); contrato de aquisição de serviços de manutenção e conservação dos espaços verdes; seguro escolar

O acréscimo já expectável tem-se verificado na rubrica de *transferências correntes para Famílias- Outras* e que se traduz nos pagamentos das bolsas de méritos, bolsas de investigação, prémios de mérito, e estágios concedidos a alunos da Faculdade

Outras transferências correntes também sofreram um acréscimo, que se explica com a correlação que existe entre este agrupamento (que traduz essencialmente o IVA liquidado à autoridade tributária decorrente dos trabalhos de construção civil) e as rúbricas de aquisição de bens de capital, ou seja com as obras efetuadas no edifício.



⌘ Despesa de capital

O ano 2015 ficou marcado por um conjunto de opções estratégicas que contemplou obras de remodelação ou mesmo criação de novos espaços nos edifícios da Faculdade. Em baixo, apresenta-se as despesas de maior relevo e impacto nas contas da Faculdade:

Tabela 6 | Despesas de capital - Pagamentos

	Pagamentos efectuados 2015
Remodelação do 3º Piso	420.560,40
Obras de reorganização dos serviços administrativos	292.635,91
Elaboração de projetos para a remodelação das áreas lectivas e serviços administrativos	23.302,36
Impermeabilização de coberturas	51.999,00
Beneficiação do logradouro NW e na sala de estudo	35.600,58
Construção da esplanada do Bar do jardim NE do edifício antigo	97.648,95
Instalação de sistema de aquecimento, ventilação e ar condicionado na sala de leitura e no CARL	94.329,71

1.1.3 SALDO ORÇAMENTAL

Tabela 7 | Evolução dos Saldos Orçamentais dos últimos 4 anos

	2012	2013	2014	2015
Receita	7.840.296,91	9.065.990,65	9.398.992,70	9.193.637,60
Despesa	7.760.330,38	9.376.509,11	8.973.483,68	10.090.580,12
SALDO GLOBAL (R-D)	79.966,53	-310.518,46	425.509,02	-896.942,52

A Faculdade de Direito encerrou 2015 com um saldo orçamental do ano - diferença entre receita e despesa do próprio ano - negativo, no montante de € 896.942,52, aproveitando assim a dispensa ao cumprimento do art.º 25º da Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto, alterada pela Lei n.º 48/2004, de 24 de agosto, do Artigo 6º-A n.º 4 do Decreto-lei 498/72 de 9 de dezembro na sua atual redação.

A Faculdade transita para o ano de 2016 com saldo acumulado no montante de € 7.780.487,23 (sete milhões setecentos e oitenta mil quatrocentos e oitenta e sete euros e vinte e três cêntimos) e com um saldo de gerência de € 7.942.323,85 (sete milhões novecentos e quarenta e dois mil, trezentos e vinte e três euros e oitenta e cinco cêntimos) a diferença decorre de impostos a entregar ao Estado no período seguinte no valor € 161.836,62.



1.2 ANÁLISE PATRIMONIAL

1.2.1 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

A FDUL acaba 2015, com um resultado líquido negativo, a par do resultado orçamental, no valor de € 825 475,65

Apesar do esforço de redução de custos verificado essencialmente nas rubricas de aquisições de bens, este ano ficou marcado pelo investimento feito no edifício conforme já explanado acima, o que pressionou negativamente o resultado líquido

De referir que só na segunda gerência a Faculdade passou para um EBITDA negativo, o que se explica com a necessidade de liquidar os compromissos assumidos durante o ano, por forma a transitar o menor número possível de compromissos assumidos em 2015 para 2016.

Tabela 8 | Demonstração de Resultados Sintética

	1ª Gerência 2015	2ª Gerência 2015	2015	2014
1. Proveitos Operacionais	8.251.591,48	599.308,76	8.850.900,24	8.804.289,32
2. Custos Operacionais sem Amortizações e Provisões	8.150.063,52	847.554,16	8.997.617,68	8.662.568,66
3. EBITDA (1-2)	101.527,96	-248.245,40	-146.717,44	141.720,66
4. Amortizações e Provisões	682.081,37	33.754,03	715.835,40	692.744,62
5. EBITD (3-4)	-580.553,41	-281.999,43	-862.552,84	-551.023,96
6. Resultados Financeiros	2.793,22	-900,99	1.892,23	14.116,29
7. Resultados Extraordinários	32.290,14	2.894,82	35.184,96	51.930,01
8. Resultado Líquido do Exercício (5+6+7)	-545.470,05	-280.005,60	-825.475,65	-484.977,66

Notas a considerar na análise da demonstração de resultados:

- Os custos e proveitos são reconhecidos no período a que dizem respeito, de acordo com o princípio da especialização de exercícios, independentemente da data/momento em que as transações são faturadas.
- Os custos e proveitos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem com as despesas e receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputados aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde, são registados nas rubricas de diferimentos
- Proveitos - Propinas, importa referir que a sua contabilização obedece ao princípio de especialização dos exercícios previsto no POCED.
- Os custos e proveitos cujo valor real não seja conhecido são estimados



1.2.2 BALANÇO

Tabela 9 | Estrutura do Ativo e Fundos Próprios e Passivo

Estrutura do Ativo Líquido

	1ª Gerência 2015	2015	2014
Imobilizações	13.491.087,73	13.463.010,26	12.668.044,39
Investimentos Financeiros	0,00	0,00	0,00
Existências	25.445,59	26.943,25	25.679,33
Dívidas de Terceiros	2.774.807,08	3.123.486,18	2.589.915,08
Disponibilidades	8.000.969,90	7.942.323,85	8.688.459,33
Acréscimos e diferimentos	157.816,69	41.285,56	38.567,70
Total	24.450.126,99	24.596.949,10	24.010.665,83

UM EURO

F. 10. E. 404 02. 03. 0.00

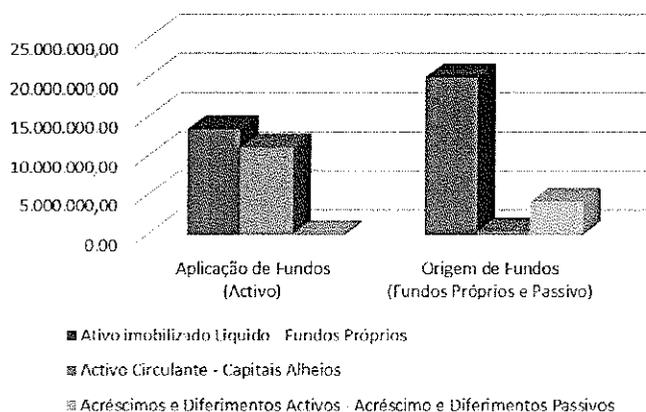
Estrutura dos Fundos Próprios e Passivo

	1ª Gerência 2015	2015	2014
Fundos Próprios	19.570.672,94	20.021.461,56	20.116.142,99
Passivo			
Provisões			
Dívidas a Terceiros	423.443,58	388.305,71	117.549,68
Acréscimos e Diferimentos	4.456.010,47	4.187.181,83	3.776.973,16
Total Passivo	4.879.454,05	4.575.487,54	3.894.522,84
Total Fundo Próprio e Passivo	24.450.126,99	24.596.949,10	24.010.665,83

UM EURO

F. 10. B. 404 03. 03. 0.00

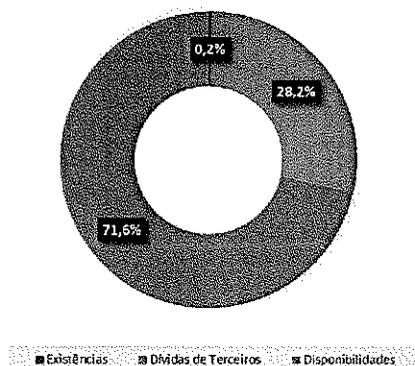
Gráfico 5 | Estrutura patrimonial



Handwritten signature



Gráfico 6 | Ativo Circulante



Da análise ao Balanço destaca-se o peso que o Ativo Imobilizado Líquido que corresponde a 55% do total do Ativo. Merece referência ainda o facto de as disponibilidades representarem 32% do total do Ativo e 71,6% do Ativo Circulante (cf gráfico 6)

Relativamente às origens de fundos, estas são fortemente influenciadas pelos Fundos Próprios (81%, 20,021 milhões de euros). Os Acréscimos e Diferimentos Passivos correspondem essencialmente a proveitos diferidos (4,187 milhões de euros) e representam apenas 17% das origens de fundos. Com um peso menos significativo encontram-se os Capitais Alheios (2%), que totalizam 388 mil de euros

1.2.3. INDICADORES ECONÓMICOS E FINANCEIROS

Tabela 10 | Rácios de Solvabilidade a 31 12.2015

Autonomia Financeira	0,81
Solvabilidde	4,38
Endividamento	0,19

Em 31.12.2015

Rácio de Autonomia Financeira

Este rácio representa a maior ou menor capacidade de uma entidade fazer face aos seus compromissos financeiros através dos seus fundos próprios. Serve também para perceber como a entidade está a ser financiada, se com fundos próprios ou capitais alheios. A autonomia financeira da Faculdade a 31 12.2015 é de 0,81, o que significa os seus Fundos Próprios representam 81% do total do seu capital, ou seja, a FDUI financia-se principalmente com os seus capitais próprios

Rácio de Solvabilidade

Este rácio apresenta a capacidade de cumprir os compromissos com os recursos que constituem os seus fundos próprios. O índice de solvabilidade da Faculdade é de 4,38, do qual se conclui que os seus fundos próprios são superiores aos seus capitais alheios, o que revela que a FDUL está em condições de fazer face às suas obrigações correntes.

Rácio de Endividamento

Esta relação indica o grau de endividamento da entidade. A Faculdade apresenta um valor de endividamento baixo, de 0,19, o que significa que um baixo saldo de dívidas a terceiros.

2. Factos Relevantes Após Termo do Período

Após o termo do período de 31 de dezembro de 2015 e até à data deste relatório, não se registaram factos relevantes que possam implicar ajustamentos às contas ou que requeiram a sua divulgação.

3. Evolução Previsível

A evolução previsível será de encontro ao já divulgado no programa de gestão da agora direção, que tomou posse a 3 de Dezembro de 2015.

Importa fazer notar que, para 2016 é previsível um aumento da despesa com pessoal determinada pelas reversões das reduções remuneratórias, conforme decorre da aprovação e entrada em vigor do OE para 2016, entretanto ocorrida.

4. Agradecimentos

A FDUL agradece a todos os docentes e não docentes que colaboraram neste período económico com a FDUL, bem como aos alunos que a compõem, fornecedores, instituição bancárias, e demais entidades que com a FDUL se relacionaram.

Lisboa, 2 de maio de 2016



As presentes contas
foam apreciadas e
aprovadas em
Conselho de Escola
de 4 de Maio de 2016

